

60 anos do golpe de 1964 | Entrevista com Tatyana de Amaral Maia

60 years since the 1964 coup in Brazil | Interview with Tatyana de Amaral Maia

Tatyana de Amaral Maia*

Universidade do Estado do Rio de Janeiro
Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil

Entrevista realizada por e-mail, entre outubro e novembro de 2024, pela Equipe Editorial.

* Professora Adjunta da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Departamento de História. Doutora e graduada em História pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro; Mestre em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Bolsista de Produtividade em Pesquisa do CNPq. E-mail: tatanamaia@yahoo.com.br

 <https://orcid.org/0000-0002-1558-2192>

 <http://lattes.cnpq.br/4579698936425962>

Tatyana de Amaral Maia é Professora Adjunta de História do Brasil República da Universidade do Estado do Rio de Janeiro e Professora Colaboradora do Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal de Juiz de Fora. Membro das redes de pesquisa “Estudos do Fascismos, Autoritarismos, Totalitarismos e Transições para Democracia” (REFAT, Universitát di Bologna, Itália) e “Direitas, História e Memória” (DHM). É criadora e produtora do *podcast Tem profissional da História, aí?* Pesquisa a ação política de intelectuais durante a ditadura, políticas culturais, História pública e a memória de regimes autoritários nas Américas e na Europa.

É co-organizadora de *A atuação política dos marinheiros brasileiros e chilenos: memória, cidadania e Direitos Humanos (1964-1973)* (2023), com Robert Wagner Porto da Silva Castro e Leonardo do Fetter da Silva, e *Ecos do comissionismo no Brasil: as comissões estaduais da verdade, seus desafios e legados* (2023), com Carlos Artur Gallo e Andrés Del Río.

* * *

A seu ver, que elementos históricos e historiográficos devem ser destacados neste aniversário do golpe de 1964 e do período ditatorial que se seguiu?

Há uma ampla e sólida historiografia sobre a ditadura no Brasil. As primeiras pesquisas ainda remontam às décadas de 1970 e eram realizadas por brasilianistas e cientistas políticos. A partir dos anos de 1980 e, sobretudo, dos anos de 1990, com o amadurecimento das pesquisas sobre a História Oral e a História do Tempo Presente, vamos conhecer um crescimento qualitativo e quantitativo nas pesquisas sobre a ditadura. Hoje, podemos dizer que a historiografia brasileira consegue com muita competência e rigor responder várias e importantes questões sobre o golpe e a ditadura. São poucos os consensos, o que aliás é extremamente benéfico para o debate historiográfico. Mas, podemos dizer que há dois consensos historiográficos: Primeiro, o golpe possui um caráter civil-militar, ou seja, trata-se de um golpe civil e militar por ter envolvido uma ampla e sistemática atuação de civis e militares na gestão do golpe e sua implementação; Segundo, o golpe foi fruto da ação de militares e setores de direita contra as reformas de base e a expansão da cidadania.

Apesar dessas chaves consensuais, há diferentes interpretações sobre o processo que culminou no golpe: alguns historiadores entendem que havia uma radicalização política intensa no período, o que teria propiciado o desgaste da democracia e o golpe pelas direitas (militares, setores das classes médias, imprensa liberal, políticos conservadores, setores conservadores da Igreja, setores conservadores do empresariado). Outra linha interpretativa

defende que o golpe só foi entendido como única saída possível pelos militares e setores civis a partir no início do ano de 1963, quando a crise da sublevação dos marinheiros uniu a elite militar em defesa da hierarquia e da disciplina; até então, se tratava muito mais de desgastar a imagem de João Goulart e evitar uma nova vitória do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) nas eleições de 1965, do que realmente de encerrar o governo via golpe. Outros historiadores destacam o papel do anticomunismo no imaginário da população como parte importante para o apoio ao golpe. O apoio dos EUA ao golpe já foi bastante estudado e é preciso deixar claro que no caso brasileiro o golpe é fruto de uma crise política nacional, apesar do apoio norte-americano. Como podemos ver, há um conjunto de causas que levaram à efetiva ruptura em 1964, considerando que tentativas de golpes anteriores (1954, 1955, 1961) não prosperaram. É preciso que haja um conjunto de acontecimentos e um acordo entre setores importantes da sociedade para que um golpe seja efetivado e tenha o desfecho planejado. Claro que nem tudo sai como o previsto. A grande imprensa, as elites políticas, empresariais e classes médias que apoiaram o golpe acreditavam que os militares fariam uma intervenção cirúrgica. Derrubado João Goulart, os militares logo iriam transferir o poder para os civis conservadores. O fato é que isso não ocorreu. Havia uma intensa politização no interior das Forças Armadas e um projeto de modernização-conservadora e autoritária pela corrente militar que desfechou o golpe. Além disso, a quebra da hierarquia e da disciplina com a sublevação dos sargentos e cabos foi a gota d'água para reunir a elite militar em 1963, temerosa de perder o controle das tropas. Não à toa, no dia seguinte ao golpe os primeiros grupos a serem atingidos pela repressão foram as lideranças operárias e camponesas e os militares vinculados ao trabalhismo ou comunismo. Logo em seguida começaram os expurgos aos políticos de esquerda. Dessa vez, os militares viram a oportunidade de se manter no poder e implementar sua utopia modernizadora e autoritária. Mas, a historiografia já se afastou de hipóteses como a inevitabilidade do golpe ou do golpe como resultado do esgotamento do modelo populista de governar, ou ainda fruto direto da crise econômica (sem desconsiderar que a crise econômica agravou a crise política). Mesmo na tradição marxista, o determinismo cedeu lugar para a valorização dos atores políticos na conjuntura do pré-1964.

O fato é que a ditadura fez uso sistemático da violência do Estado contra os opositores, suprimiu direitos civis e políticos, censurou as artes e a imprensa, ampliou as desigualdades sociais, estabeleceu a cultura do medo, promoveu o arrocho salarial contra os trabalhadores, referendou a perda de direitos trabalhistas, violou os direitos dos povos originários, perseguiu professores e estudantes, e financiou a modernização através de obras faraônicas que aumentaram imensamente a dívida pública e alimentaram a corrupção. O chamado "milagre econômico" não foi capaz de gerar um desenvolvimento sustentável e muito menos beneficiou as camadas mais pobres da população. Os índices da desigualdade social são alarmantes e expõem a chaga dos governos autoritários e elitistas que marcaram o Brasil República.

A partir de 2016, mas sobretudo durante o governo Bolsonaro, houve a desmobilização e mesmo o desmonte das iniciativas governamentais e institucionais referentes à “Justiça de Transição” – p.ex., Comissão da Anistia, Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos, Mecanismo Nacional contra a Tortura, ações de reparação material ou simbólica, etc. Qual sua opinião a respeito e quais as perspectivas de uma “Justiça de Transição” no Brasil?

Primeiro, é preciso considerar o modelo de transição brasileiro para a democracia. Trata-se de uma transição negociada entre as elites políticas civis e os militares. Não foi um processo de ruptura como o caso argentino, considerado paradigmático na América Latina. Ainda que os movimentos sociais tenham participado ativamente das mobilizações pela redemocratização e tenham sido fundamentais para incorporação da pauta dos direitos durante a Assembleia Constituinte e própria Constituição de 1988, não podemos ignorar que os militares controlaram o processo de transição de tal modo que a Lei da Anistia, por exemplo, anistiou também os agentes do Estado responsáveis pelos crimes de violação dos Direitos Humanos praticados no período ditatorial, e houve a manutenção de diversos privilégios às Forças Armadas. Durante os governos democráticos, as ações da chamada Justiça de Transição, fundamentais para a construção da democracia e da valorização dos Direitos Humanos, só começaram a ser adotadas a partir de 2005, no governo Fernando Henrique Cardoso – após a luta arraigada e incansável dos familiares de desaparecidos políticos, ex-presos políticos e grupos de Direitos Humanos. Infelizmente, sempre circulou na grande mídia que a Justiça de Transição seria uma luta apenas de alguns ou ainda sinal de revanchismo, quando na verdade as medidas previstas por aquilo que se convencionou chamar de Justiça de Transição representam a luta por todos nós, cidadãos, com direitos constitucionais garantidos. Na prática, as medidas adotadas pelo Estado se concentraram fundamentalmente no campo administrativo, com pagamento de indenizações e o reconhecimento oficial do Estado de que cometeu os crimes e, muito recentemente, de maneira limitada no campo do dever de memória e direito à verdade. No que diz respeito ao dever de Memória, tivemos avanços com algumas políticas (ainda que acanhadas) de abertura de parte dos arquivos da repressão e da Comissão Nacional da Verdade (2011-2014). No entanto, a crise política a partir de 2013 dificultou o avanço do debate público acerca da necessidade de aprofundar o nosso processo de Justiça de Transição. No campo da justiça, as vitórias foram muito pontuais e não se fez praticamente nada para punir agentes estatais responsáveis pelas violações de Direitos Humanos. Ao contrário, após o julgamento da ADPF 153 de 2008 (Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental proposta pelo Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil/OAB em outubro de 2008, com o fito de questionar a interpretação da Lei de Anistia/Lei nº 6.683/1979), o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve válida o princípio da Lei da Anistia que garante a impunidade aos agentes estatais envolvidos em violações dos Direitos Humanos. Vejam: uma Lei votada na ditadura, com um Congresso formado por senadores

biônicos, com uma pequena diferença de votos (cinco, salvo engano) é considerada válida em plena democracia. Isso é um absurdo! A ditadura fez questão de manter um arcabouço de legalidade, que no fundo, reforçava o autoritarismo do regime. E na democracia, o STF ainda considera esses instrumentos legítimos. Por tudo isso que expus, considero que nossa Justiça de Transição é bastante limitada, mantém a impunidade e favorece o silenciamento das memórias e da História sobre a ditadura, abrindo espaço para o avanço dos negacionismos.

O resultado: somos um país com elevado número de casos nomeados como autos de resistência pela segurança pública. O abuso da força policial contra aqueles setores menos favorecidos da população é constante. Os números de civis mortos em operações policiais são alarmantes nas grandes cidades brasileiras. Não conseguimos romper com a violência promovida pelo Estado de forma desmedida contra seus cidadãos, empregada desde os primórdios da República contra qualquer ameaça (real ou inventada), numa constante desvalorização do Estado de Direito. Aliás, os golpes nos anos de 1960 e 1970, no Brasil e na América Latina, não contaram com ampla participação popular, ainda que alguns setores das classes médias tenham participado ativamente do golpe no Brasil. O golpe de 1964 foi uma resposta para sufocar a ampliação da participação popular ativamente organizada através dos movimentos sociais. No Brasil, a participação popular quando é aceita deve ocorrer dentro de um controle restrito da ordem estabelecida. Desde 2014, observamos surgir vários negacionismos com ampla circulação e aceitação, incluindo, a ideia de que a ditadura brasileira não existiu ou ainda que não foi tão dura quanto dizem, relativizando os impactos negativos que uma ditadura tem sobre toda a sociedade. É preciso esclarecer população de que a falta de liberdade de expressão, a perseguição política, a censura, as violações de direitos humanos, o medo, etc, inviabilizam a existência do contraditório, criminalizam o pensamento dissonante, limitam a nossa capacidade criativa de desenvolver múltiplas alternativas para os problemas coletivos, esvaziam o debate existente sobre projetos de nação diferentes, enfim, silenciam o exercício da nossa cidadania, impedindo o amadurecimento do campo político e reduzindo nossa capacidade de fazer escolhas e de sermos respeitados enquanto indivíduos portadores de direitos.

Espero que o atual governo avance nas medidas de Justiça de Transição, em especial, no que diz respeito ao dever de memória, a reforma do ensino das Forças Armadas e a promoção efetiva da Justiça. Mas, no momento, não temos um cenário político propício para isso, considerando a atual composição do Congresso Nacional – de caráter conservador.

No que tange ao crescente processo de militarização vivenciado pela sociedade e a política brasileira, como podem ser observadas as relações entre o passado ditatorial e o presente?

Os militares são protagonistas na política brasileira desde o final da Guerra do Paraguai. Estiveram presentes em todos os golpes da República, inclusive na sua proclamação. Jamais

deixaram de exercer seu papel político, ainda que objetivos específicos em cada conjuntura histórica. Isso é o lugar da permanência na História. A História é marcada por permanências e mudanças. No momento, esses militares que ocupam cargos e postos no governo não possuem um projeto político bem definido como em outros momentos da História da República no Brasil. Hoje, eles têm um projeto de ocupação dos espaços de poder, é diferente! Em especial, de ocupar o poder para manter seus benefícios e ganhos extras. Penso que estamos num processo de crise política que se inicia com as jornadas de junho de 2013 e permanece até os dias atuais. Em junho de 2013, havia muitas narrativas políticas em disputa nas ruas, de vários espectros político-ideológicos. Ao final daquele processo, a extrema-direita acabou conseguindo ampliar sua capilaridade, conquistando inúmeros e heterogêneos apoiadores. Mas a presença atual das Forças Armadas na política tem inúmeras distinções em relação ao golpe e à ditadura civil-militar. Primeiro, não estamos mais num ambiente de Guerra Fria, ainda que haja um processo de construção narrativas políticas que são apresentadas como polarizadas. A natureza das crises atuais também é diferente, inclusive porque mobilizam atores dos mais variados – desde as classes médias e elites conservadoras até uma população periférica fortemente influenciada pelo fenômeno religioso neopentecostal. A emergência das direitas radicalizadas é um fenômeno Ocidental do Tempo Presente e ampliou a crise política no Brasil. As crises são de natureza fundamentalmente política, de projetos de Estado que estão sendo implementados ou estão em curso, ainda que fatores econômicos não possam ser menosprezados. Há um processo de descrédito na capacidade dos políticos e do Estado em atuarem como agentes capazes de promover o bem-estar social. Faz décadas, há uma intensa campanha de desvalorização do espaço público e das instituições políticas de caráter democrático, negando-os como lugares fundamentais na promoção de projetos para o bem-estar coletivo. Por outro lado, temos uma cultura política com fortes traços autoritários, incapaz de compreender o dissenso como uma normalidade da vida democrática e a cidadania como um conjunto de valores inegociáveis. Essa cultura política autoritária está amparada por mitos políticos como o anticomunismo ou o combate à corrupção que são acionados em tempos de crise política.

Como eu já disse, a emergência das direitas não é só um fenômeno brasileiro ou latino-americano; ele também surge em países desenvolvidos como a Europa e os Estados Unidos. Trata-se de um fenômeno absolutamente moderno e que, contraditoriamente, combate o que de positivo a modernidade nos trouxe: a ciência, a democracia, os direitos humanos. O negacionismo, o obscurantismo e a intolerância são o resultado da incapacidade dos Estados em promoverem o bem-estar social; da sensação coletiva de que o liberalismo político é incapaz de resolver as angústias cotidianas; e das rápidas transformações comportamentais surgidas nas últimas décadas. Neste quadro, o “Outro” é sempre apresentado como um potencial inimigo. Daí, emergem os nacionalismos extremados, os fascismos e os autoritarismos em suas mais diversas formas e definições. Mas, no caso da extrema-direita, ela tem abandonado o liberalismo político e apostado no liberalismo econômico como forma de manter seus privilégios. Afinal, o liberalismo político precisa conviver com o amadurecimento

político das camadas populares e movimentos sociais que pressionam cada vez mais o Estado para incluir suas pautas nas agendas políticas. A cultura autoritária está presente na América Latina e faz parte da nossa estrutura marcada por uma formação histórica recheada de clientelismos, mandonismos, coronelismos, trabalho escravo e servil. Claro que esse autoritarismo será mobilizado de maneira distinta ao longo das conjunturas históricas específicas.

Eu não tenho como fazer prognósticos, mas estamos num momento visivelmente bem delicado e ainda sem a construção de uma alternativa tanto para o campo político quanto econômico. O atual governo vive um delicado equilíbrio com um Congresso Nacional majoritariamente ultraconservador e economicamente liberal, além da imensa pressão internacional e da grande imprensa pelo ajuste fiscal a custo de cortes em políticas sociais (educação, saúde, habitação e alimentação). Os juros altos no Brasil corroem a capacidade de consumo das classes médias que sempre temerosas de perderem o status que possuem e se aproximarem das camadas populares são facilmente envolvidas em discursos com promessas de manter a ordem social atual – profundamente desigual e violenta com a população economicamente menos favorecida da população. A presença dos militares na política brasileira pertence ao campo da longa duração e todos os governos democráticos do pós-1988 negociaram com eles e permaneceram negociando nos anos seguintes. Oxalá queira que a democracia brasileira consiga evitar tanto a presença excessiva das Forças Armadas na política quanto a transferência excessiva das questões políticas para o Judiciário – outro fator que também me preocupa bastante.

Estamos em ano eleitoral, com importantes eleições municipais. Espero que a extrema-direita saia derrotada e que a democracia seja fortalecida. É papel das historiadoras e historiadores se engajarem ética e politicamente em favor da democracia e da justiça social. Que possamos dar a nossa contribuição, através da História disciplinar, na construção de uma sociedade com mais igualdade social e liberdade. Afinal, como afirma Walter Benjamin, “se o inimigo vencer, nem mesmo os mortos estarão a salvo dele. E esse inimigo ainda não parou de vencer” (1985).

Referências

BENJAMIN, Walter. Teses sobre filosofia da história. In: KOTHE, Flávio R. (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1985.

GALLO, C. A.; RIO, A.; MAIA, T. A. (Orgs.). *Ecos do comissionismo no Brasil: as comissões estaduais da verdade, seus desafios e seus legados*. Rio de Janeiro: Oficina Raquel, 2023.

MAIA, T. A.; PORTO, R.; SILVA, L. F. (Orgs.). *A atuação política dos marinheiros brasileiros e chilenos: memória, cidadania e Direitos Humanos (1964-1973)*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2023.